



2004/03/24

O ESCUDO DE PROTECÇÃO ANTI-MÍSSIL

Alexandre Reis Rodrigues

A criação de um sistema de protecção global do território americano contra a ameaça de mísseis balísticos portadores de ogivas com armas de destruição maciça é um objectivo que os EUA perseguem há mais de 50 anos, praticamente sem interrupções, mas com diversas alterações do respectivo conceito em função da evolução da ameaça e das tecnologias disponíveis.

A fase mais mediática deste projecto, que ficou conhecida por “Guerra das Estrelas”, ocorreu no tempo de Reagan que via nesse sistema a possibilidade de anular a ameaça nuclear soviética, tornando-a impotente e obsoleta. Este objectivo, porém, em breve foi abandonado por ser considerado irrealista e excessivamente ambicioso. Outro impulso grande ocorreu na administração Clinton quando, em 1998, este convidou Donald Rumsfeld para chefiar uma comissão, com cinco republicanos e quatro democratas, para avaliar a ameaça de mísseis balísticos contra o território dos EUA.

Nessa altura, os serviços de informações americanos consideravam, nas suas avaliações, que os EUA tinham pela frente uma margem de segurança de cerca de quinze anos antes que qualquer estado-pária tivesse capacidade de utilização de mísseis balísticos de longo alcance, capazes de ameaçar a integridade territorial do continente americano.

Rumsfeld cedo conseguiu apontar diversas deficiências na forma como os serviços faziam as avaliações de ameaças e, em especial, o modo totalmente estanque de tratamento das diversas áreas de informações, impedindo qualquer inter-comunicabilidade entre os respectivos especialistas, normalmente nem sequer autorizados a assistirem aos briefings dos seus colegas. Rumsfeld considerava que estas regras impediam o juntar de todas as peças do puzzle para ter a imagem completa.

Com estas limitações corrigidas e com acesso a todas as possíveis fontes de informação, dentro e fora da administração, a comissão pôde concluir, com unanimidade, que a “ameaça posta por essas novas capacidades tinha um âmbito maior, era mais desenvolvida e estava a evoluir mais rapidamente do que o considerado pelos serviços de informação”. Não serão estranhos a esta conclusão dois acontecimentos que ocorreram no mesmo período: em Maio, o primeiro teste nuclear subterrâneo da Índia e em Agosto o lançamento de um míssil “Taepodong” pela Coreia do Norte.

A partir deste momento, o projecto adquiriu uma renovada dinâmica, progredindo em várias frentes e se não avançou mais espectacularmente foi porque o presidente Clinton entendeu, mais tarde, quando se aproximava do final do seu segundo mandato e lhe foi apresentada uma nova série de planos, não dever autorizar a sua entrada na fase final de concretização antes de tudo estar totalmente testado e provado.

O que estava então em causa era manter ou não o critério de só avançar com a produção de qualquer sistema de armas depois de estar devidamente testado e comprovada a sua eficiência. Havia, neste caso, para complicar a situação, acusações de insuficiente exigência e falta de realismo nos testes de interceptação que estavam a ser regularmente realizados, situação que, eventualmente, poderia conduzir a erradas apreciações.

Aliás, um recente relatório do General Accounting Office chamava, de novo, a atenção para esse ponto, dizendo que “estar a facilitar os testes poderia ser útil para ajudar a cumprir o calendário estabelecido pelo presidente mas podia, por outro lado, estar a aumentar as hipóteses de levar à aceitação de elementos ainda a não funcionarem garantidamente bem”. Numa também recente audição no Congresso, o director do programa de Avaliações e Testes, no Pentágono, confirmava não ter garantias de que o sistema viesse a ser eficaz contra a ameaça de mísseis balísticos proveniente da Coreia do Norte. Apesar destas observações, Bush mantém a decisão de imprimir uma nova aceleração ao projecto, ainda que com um âmbito bastante mais reduzido do que no tempo de Reagan. A decisão ficou bem reflectida no orçamento para 2005, no qual a Missile Defence Agency é beneficiária do crescimento de 19% (9.14 biliões de dólares, mais 1.5 biliões do que 1994) aliás, para os próximos cinco anos, estão previstos cerca de 9 biliões de dólares por ano.

Agora já não está em causa deter a ameaça soviética; trata-se fundamentalmente de deter a Coreia do Norte e possivelmente o Irão. Mas visa-se, também, desencorajar quaisquer outros estados-pária

que possam eventualmente pretender adquirir essas mesmas capacidades sob a assumpção de que, por essa via, ganharão hegemonia regional e/ou ficarão com um instrumento de chantagem para obtenção de concessões. É, com certeza, também com esta finalidade que a Coreia do Norte teima em manter um programa nuclear que, em termos militares, nunca poderá sobreviver frente ao poderio militar americano.

O programa não se resume, porém, a proteger o solo americano [1]; paralelamente, tem também uma componente para a protecção de tropas no exterior contra esse mesmo tipo de ameaça. É nesta componente que se insere, por exemplo, o sistema anti-míssil “Patriot”, já em produção regular para equipar o exército americano e, também em uso por alguns exércitos europeus, nomeadamente o holandês, além do sistema THAAD (Theatre High Altitude Área Defense). Está em curso o desenvolvimento de outros sistemas, alguns em fase avançada de concretização, como é o caso dos que estão a ser instalados nos cruzadores de defesa aérea de área (3 cruzadores prontos em 2005, com 10 mísseis cada um). Grande parte do esforço de desenvolvimento do sistema tem apontado para a criação de capacidades de intercepção nos três a cinco minutos que dura a fase inicial de lançamento para tirar partido da então maior vulnerabilidade dos mísseis inimigos (menor velocidade, maior assinatura radar devido à presença dos tanques de combustível e risco de cair sobre a zona de lançamento).

O escudo de protecção territorial, na sua essência, baseia-se numa rede de satélites para detectar lançamentos de mísseis balísticos, numa rede de radares para fazer o seu seguimento e num conjunto de mísseis, estrategicamente situados em função das ameaças mais relevantes e capazes de fazerem a sua intercepção, a elevada altitude e velocidade, durante a sua trajectória intermédia. Prevê-se que, em cumprimento do calendário estabelecido por Bush ao assumir a presidência, ficarão operacionais, neste mandato, os dois primeiros conjuntos de silos, na Califórnia (Base da Força Aérea de Vandenberg, 4 silos) e no Alasca (Fort Greely, 6 silos). Para 2005, haverão mais 20 mísseis de intercepção para os dois locais atrás indicados e para um terceiro ainda não revelado).

Ninguém, presentemente, questiona a necessidade e urgência de um eficaz sistema de protecção anti-mísseis balísticos para tropas empenhadas no exterior. Mas o mesmo não se pode dizer da premência posta na criação de um sistema para proteger globalmente o território dos EUA, quando nada poderá garantir contra uma ameaça terrorista que, com recursos muito mais rudimentares, pode conseguir efeitos tanto ou mais devastadores. Basta pensar nos ataques terroristas do 11 de Setembro e no que teria sucedido em caso de associação com a utilização de agentes de destruição maciça.

É, no mínimo, controversa a prioridade posta neste projecto. Só se encontra explicação no desejo de nada ficar por ser feito quando o que está em causa é garantir a inviolabilidade do território americano. O problema é que daí podem resultar conflitos de prioridades com questões bem mais urgentes, como é o caso da luta contra o terrorismo internacional. Não é de esperar, porém, que, com a actual administração, venha a haver qualquer mudança de orientação.

[1] Informação detalhada sobre este assunto está disponível em dois trabalhos que podem ser consultados, neste mesmo “site”, em “Arquivo”/ “Trabalhos”: “O Escudo de Defesa Anti-Míssil” e o “Protecção Anti- Míssil e terrorismo ”.

25 TEXTOS RELACIONADOS:

2012/05/23

AS DECLARAÇÕES FINAIS DA CIMEIRA DE CHICAGO

Alexandre Reis Rodrigues

2012/05/20

AS RELAÇÕES OTAN-FEDERAÇÃO RUSSA

Pedro Santos Jorge[1]

2012/04/07

A DEFESA ANTIMÍSSIL NA EUROPA, DEPOIS DE LISBOA

Alexandre Reis Rodrigues

2011/07/22

DISSUAÇÃO SEM ARMAS NUCLEARES? (II)

Alexandre Reis Rodrigues

2010/11/26

O REGRESSO DO NUCLEAR E A ALIANÇA ATLÂNTICA (II PARTE)

Francisco Proença Garcia[1]

2010/09/24

O NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DA NATO. DUAS QUESTÕES POLÉMICAS[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/08/26

DA DEFESA ANTI-MÍSSIL DE TEATRO PARA A DEFESA ANTI-MÍSSIL DA EUROPA

Alexandre Reis Rodrigues

2010/08/19

A DEFESA ANTI-MÍSSIL. PRIORIDADE PARA A NATO?

Alexandre Reis Rodrigues

2009/09/21

O ESCUDO DE PROTECÇÃO ANTIMÍSSIL E A QUESTÃO IRANIANA

Alexandre Reis Rodrigues

2009/05/10

ARSENALS NUCLEARES: UMA CHANCE PARA O MUNDO

Marcelo Rech[1] (Brasil)

2009/03/12

O DILEMA NORTE-AMERICANO NA EUROPA

Marcelo Rech[1](Brasil)

2008/01/02

AS IMPLICAÇÕES DO SISTEMA NORTE-AMERICANO DE DEFESA ANTIMÍSSIL PARA A EUROPA

Joana Gonçalves, Milena Batista, Sofia Alves e Tiago Maurício

2007/10/16

UM RADAR PARA "ASSAR" EUROPEUS?

Marcelo Rech[1]

2007/07/11

A CIMEIRA DA LAGOSTA E O ESCUDO DE PROTECÇÃO ANTIMÍSSIL

Alexandre Reis Rodrigues

2007/06/09

A PROPOSTA "IRRECUSÁVEL" DE PUTIN PARA A DEFESA ANTIMÍSSIL DA EUROPA

Alexandre Reis Rodrigues

2007/05/15

OS OBJETIVOS REAIS DO SISTEMA ANTIMÍSSIL NORTE-AMERICANO NA EUROPA

Marcelo Rech [1]

2007/04/01

A DEFESA ANTIMÍSSIL NA EUROPA. UM PROBLEMA PARA A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE?

Alexandre Reis Rodrigues

2007/03/04

A DEFESA ANTIMÍSSIL DOS EUA ENCONTRA RESISTÊNCIAS NA EUROPA

Marcelo Rech[1]

2006/12/11

A DEFESA ANTI-MÍSSIL E A SEGURANÇA DA EUROPA[1]

Marcelo Rech[2]

2006/10/04

A EUROPA NOS PLANOS DOS ESTADOS UNIDOS

Marcelo Rech[1]

2005/07/25

O ESCUDO DE DEFESA ANTI-MÍSSIL EUROPEU

Alexandre Reis Rodrigues

2005/07/15

A DES(ILUSÃO) DO SISTEMA ANTI-MÍSSIL AMERICANO

Vera Gomes

2004/09/08

DE NOVO O ESCUDO DE PROTECÇÃO ANTI-MÍSSIL [1]

Alexandre Reis Rodrigues

2001/10/12

O ESCUDO DE DEFESA ANTIMÍSSIL

Alexandre Reis Rodrigues

2001/07/31

MISSILE DEFENSE INITIATIVE

Alexandre Reis Rodrigues